

Manifesto pela Democratização do Regime

A tragédia social, económica e financeira a que vários governos conduziram Portugal interpela a consciência dos portugueses no sentido de porem em causa os partidos políticos que, nos últimos vinte anos, criaram uma classe que governa o País sem grandeza, sem ética e sem sentido de Estado, dificultando a participação democrática dos cidadãos e impedindo que o sistema político permita o aparecimento de verdadeiras alternativas.

Neste quadro, a rotação no poder não tem servido os interesses do Povo. Ela serve sobretudo para esconder a realidade, desperdiçando a força anímica e a capacidade de trabalho dos portugueses, bem como as diversas oportunidades de desenvolvimento que o País tem tido, como aconteceu com muitos dos apoios recebidos da União Europeia.

A obsessão do poder pelo poder, a inexperiência governativa e a impreparação das juventudes partidárias que, com inusitada facilidade e sem experiência profissional ou percurso cívico, chegam ao topo do poder político, servem essencialmente objectivos e interesses restritos, nacionais e internacionais, daqueles que utilizam o Estado para os seus próprios fins.

O factor trabalho e a prosperidade das pessoas e das famílias, base do progresso da Nação, são constantemente postos em causa pela austeridade sem desígnio e pelos sacrifícios impostos aos trabalhadores, como se fossem eles, e não os dirigentes, os responsáveis pelo desgoverno do Estado e pelo endividamento excessivo a que sucessivos governos conduziram Portugal.

Como se isso não bastasse, o poder político enveredou pela afronta de culpar os portugueses, procurando constantemente dividi-los: os mais novos contra os mais velhos, os empregados contra os desempregados, os funcionários públicos contra os trabalhadores do sector privado.

A Assembleia da República, sede da democracia, desacreditou-se, com os deputados a serem escolhidos, não pelos eleitores, mas pelas direcções partidárias, que colocam muitas vezes os seus próprios interesses acima dos interesses da Nação. A Assembleia da República representa hoje sobretudo – com honrosas excepções – um emprego garantido, conseguido por anos de subserviência às direcções partidárias e de onde desapareceu a vontade de ajuizar e de controlar os actos dos governos.

A Nação portuguesa encontra-se em desespero e sob vigilância internacional. Governos sem ideias, sem convicções, sem sabedoria nem estratégia para o progresso do País, colocaram os portugueses numa situação de falência, sem esperança, rumo ou confiança. O Estado Social está a desmoronar-se, mais do

que a racionalizar-se, deixando em angústia crescente centenas de milhares de desempregados e de novos pobres.

E não é apenas o presente que está em desagregação. É simultaneamente o futuro de dezenas de milhares de jovens sem emprego ou com salários que não permitem lançar um projecto de vida.

Só por incompetência partidária e governativa se pode afirmar que os portugueses têm vivido acima das suas posses -como se as posses de milhões de famílias que recebem menos de mil euros por mês fosse o problema- ou que não existem alternativas aos sacrifícios exagerados impostos aos mais pobres e à classe média.

É urgente mudar Portugal, dando conteúdo positivo à revolta e à crescente indignação dos portugueses. As grandes manifestações já realizadas mostraram de forma inequívoca o que milhões de portugueses pensam do sistema político e da nomenclatura governativa.

Há uma diferença dramática entre os políticos que pensam na próxima geração e os que pensam sobretudo na próxima eleição. A sociedade portuguesa tem naturalmente respeito pelas figuras políticas e pelos partidos que foram determinantes no regresso do País a um Estado de Direito Democrático. E pelos políticos que, com visão, souberam recolocar Portugal na Europa.

O que está hoje em causa já não é a opção pela democracia, mas torná-la efectiva e participada. Já não está em causa aderir à Europa, mas participar no relançamento do projecto europeu. Não está em causa governar, mas corrigir um rumo que nos conduziu à actual crise e realizar as mudanças que isso implica.

Todavia, nada será possível sem um processo de reformas profundas no Estado e na economia, reformas cujos obstáculos estão, em primeiro lugar, nos interesses de uma classe política instalada e na promiscuidade entre o poder político e os interesses financeiros.

Impõe-se uma ruptura, que a nosso ver passa por três passos fundamentais:

- **Em primeiro lugar, por leis eleitorais transparentes e democráticas que viabilizem eleições primárias abertas aos cidadãos na escolha dos candidatos a todos os cargos políticos;**
- **Em segundo lugar, pela abertura da possibilidade de apresentação de listas nominais, de cidadãos, em eleições para a Assembleia da República. Igualmente, tornando obrigatório o voto nominal nas listas partidárias;**
- **Em terceiro lugar, é fundamental garantir a igualdade de condições no financiamento das campanhas eleitorais. O actual sistema assegura, através de fundos públicos, um financiamento das campanhas eleitorais que contribui para a promoção de políticos incompetentes e a consequente perpetuação do sistema.**

Esta ruptura visa um objectivo nacional, que todos os sectores da sociedade podem e devem apoiar. Alterar o sistema político elimina o pior dos males que afecta a democracia portuguesa. Se há matéria que justifica a união de todos os portugueses, dando conteúdo às manifestações de indignação que têm reclamado a mudança, é precisamente a democratização do sistema político.

É urgente reivindicar este objectivo nacional com firmeza, exigindo de todos os partidos a legislação necessária. Queremos que eles assumam este dever patriótico e tenham a coragem de –para o efeito– se entenderem. Ou então que submetam a Referendo Nacional estas reformas que propomos e que não queiram assumir. Os portugueses saberão entender o desafio e pronunciar-se responsabilmente.

Entretanto, os signatários comprometem-se a lançar um movimento, aberto a todas as correntes de opinião, que terá como objectivo fazer aprovar no Parlamento novas leis eleitorais e do financiamento das campanhas eleitorais.

A Pátria Portuguesa corre perigo. É urgente dar conteúdo político e democrático ao sentimento de revolta dos portugueses. A solução passa obrigatoriamente pelo fim da concentração de todo o poder político nos partidos e na reconstrução de um regime verdadeiramente democrático.

Os signatários

Abílio Neves Marques Afonso	Economista	Lisboa
Álvaro Órfão	Aposentado	Marinha Grande
Amílcar Martins	Engenheiro	Lisboa
Ana Cristina Figueiredo	Jurista	Oeiras
André Fonseca Ferreira	Consultor de Inovação	Lisboa
António Cerveira Pinto	Publicista	Cascais
António Curto	Bancário	Lisboa
António Gomes Marques	Bancário	Loures
António Mota Redol	Engenheiro	Costa da Caparica
Armando Ramalho	Gestor	Odivelas
Arsénio Mota	Escritor	Porto
Carlos Filipe	Empresário	Lisboa
Carlos Loures	Escritor	Maфра
Clarisse Aurora Marques	Agrónoma	Amadora
Dulce Mendes	Médica	Marinha Grande

Edmundo Pedro	Correspondente de Línguas	Lisboa
Eduardo Correia	Professor Universitário	Cascais
Elísio Estanque	Professor Univ., Sociólogo	Coimbra
Emerenciano	Artista Plástico (pintor)	Porto
Eurico de Figueiredo	Prof. Cated. de Psiquiatria Jubilado da Univ. Porto	Porto
Fernando Lima Antunes	Engenheiro	Lisboa
Fernando dos Reis Condesso	Professor Catedrático da Universidade de Lisboa	Lisboa
Helena Ramalho	Tradutora e Docente	Carcavelos
Hélder Costa	Escritor e Encenador	Lisboa
Henrique Neto	Empresário	Marinha Grande
Herberto Goulart	Economista	Lisboa
Jaime do Vale	Empresário	Oeiras
João Gil	Músico	Cascais
Joaquim Ventura Leite	Economista	Grândola
Jorge Martins	Empresário	Marinha Grande
Jorge Veludo	Dirigente Sindical	Lisboa
José Adelino Maltês	Professor Catedrático da Univer. de Lisboa	Lisboa
José Almeida Serra	Economista	Lisboa
José Manuel C. S. Miranda	Bancário reformado	Lisboa
José Manuel Pereira da Silva	Arquitecto	Caldas da Rainha
José Quintela Soares	Economista	Lisboa
José Veiga Simão	Professor Catedrático da Universidade Coimbra	Lisboa
Júlio Marques Mota	Professor Universitário Aposentado	Coimbra
Luís Azevedo	Investigador Universitário	Lisboa
Luís Salgado de Matos	Cientista Social	Lisboa

Manuel G. Simões	Professor Universitário Aposentado	Amadora
Manuel Maria Carrilho	Professor Catedrático da Univ. Nova Lisboa	Lisboa
Manuel Nobre Gusmão	Advogado	Cascais
Manuela Menezes	Engenheira	Lisboa
Margarida Rocha e Costa	Economista	Lisboa
Maria Albertina B. Campos	Notária	Arcos Valdevez
Maria da Conceição Bapt. Silvestre	Investigadora e Prof. do Ensino Secundário	Lisboa
Maria José Mota	Jurista	Lisboa
Maria do Rosário B. S. Fardilha	Socióloga	Aveiro
Maria Perpétua Rocha	Médica	Lisboa
Maria Teresa S. F. Sampaio	Filósofa	Lisboa
Mário Montez	Docente E. S. Politécnico	Coimbra
Miguel Cambraia Duarte	Oficial de Marinha	Oeiras
Paulo Soares	Advogado	Lisboa
Pedro Teixeira da Mota	Investigador	Lisboa
Rómulo Machado	Advogado	Cascais
Rui Tavares	Historiador/Deputado Parlamento Europeu	Bruxelas
Telmo Ferraz	Empresário	Marinha Grande
Vasco Lourenço	Militar Reformado	Lisboa

Contactos:

António Gomes Marques	965021581	agomesmarques@gmail.com
Eduardo Correia	932736941	edbcor@me.com
Henrique Neto	962830734	netohenrique8@gmail.com
Joaquim Ventura Leite	969543488	venturaleite@gmail.com
Rómulo Machado	919555315	romulo.mcd@gmail.com